

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional

A **SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS S.A.**, denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 05 de janeiro de 2015, domiciliada no Brasil, com sede no Estado e Cidade de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 1.673, 12º andar, Ala Norte, Sala I, e tem como objeto social a administração e gestão de fundos de investimento e carteira de títulos e valores mobiliários, constituídos no Brasil ou no exterior, podendo participar em outras sociedades. A Companhia tem como acionistas a Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (SAMI), que detém 90% de participação, e a Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA. SAÚDE), que detém 10% da participação.

A SAMI tem como acionista a CIA. SAÚDE, que detém 49% da participação, e a controladora direta EMABE Participações S.A. (Emabe), sociedade holding de controle dos antigos controladores da Sul América S.A. (SASA), por meio do usufruto de 51% das ações ordinárias instituído pela CIA SAÚDE.

A CIA. SAÚDE tem como controladora indireta a Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or"), com 47,15% de participação direta e 52,85% de participação indireta através de outras controladas.

Os Administradores da Companhia informam que estas demonstrações financeiras estão sendo divulgadas em conformidade ao artigo 294 da Lei 6.404/1976, com redação dada pela Lei Complementar nº182/2021, que permite as companhias fechadas com receita bruta anual de até R\$78.000 realizar suas publicações previstas de forma eletrônica na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

1.1. Associação Sul América S.A. (SASA) e Rede D'Or

Em 23/02/2022, a SASA, então controladora indireta da Companhia, e a Rede D'Or informaram aos seus respectivos acionistas e ao mercado em geral que celebraram, nesta data, após as devidas aprovações de seus Conselhos de Administração e opinião favorável do Conselho Fiscal da SASA, o Acordo de Associação e o Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da SASA pela Rede D'Or (Protocolo e Justificação), por meio dos quais acordaram os termos e condições de uma operação de combinação de negócios entre as duas companhias, com a unificação de suas bases acionárias, por meio da incorporação da SASA pela Rede D'Or (Operação), nos termos dos artigos 223 a 227 da Lei nº 6.404/1976 e da Instrução CVM nº 565/2015, resultando (i) na extinção da SASA, sucedida pela Rede D'Or em todos os seus bens, direitos e obrigações; e (ii) no recebimento, pelos acionistas da SASA, de novas ações ordinárias de emissão da Rede D'Or em substituição às ações ordinárias ou preferenciais da SASA aos titulares na data de consumação da Incorporação (Acionistas SASA).

A Operação engloba dois líderes do mercado de saúde no Brasil, juntando a maior rede hospitalar a uma das principais seguradoras independentes do País. A combinação entre as companhias baseia-se em fundamentos estratégicos para expansão e alinhamento dos seus ecossistemas de saúde, incluindo os negócios de saúde, odonto, vida, previdência e investimentos, em favor de todos os clientes, beneficiários e parceiros de negócio.

A Operação estava sujeita a condições precedentes previstas em contrato e às aprovações das Assembleias Gerais das duas companhias e seus órgãos reguladores competentes.

Em 14/04/2022, a Operação foi submetida e aprovada pelas Assembleias Gerais da SASA e da Rede D'Or.

Em 10/08/2022, a Operação foi aprovada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Em 07/11/2022, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) decidiu pela aprovação da Operação sem restrições. Esta decisão foi publicada no dia 08/11/2022, quando se iniciou o prazo de 15 dias para eventuais manifestações de terceiros ou avocação do Tribunal do CADE. Após manifestações de terceiros interessados, em 14/12/2022 ocorreu a sessão de julgamento em que o Tribunal do CADE aprovou, sem restrições, a Operação.

Em 19/12/2022, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou o pedido de aprovação prévia relativo à transferência do controle acionário das sociedades controladas pela SASA para a Rede D'Or, no contexto da Operação, com restrições, que incluem:

- Abstenção de representante da Rede D'Or no Conselho de Administração da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.

(Qualicorp) em voto de deliberação exclusivas de assuntos das operadoras do Grupo SulAmérica;

- Não comercialização exclusiva pela Qualicorp dos produtos do Grupo SulAmérica e nem dos produtos do Grupo SulAmérica exclusivamente pela Qualicorp;
- Realização de medidas de saneamento econômico-financeira de controlada do grupo; e
- Monitoramento da Operação por 2 anos a partir da data de sua aprovação.

Em 20/12/2022, os Conselhos de Administração de ambas as companhias se reuniram e, diante do implemento das condições precedentes aplicáveis, autorizaram a imediata consumação da Operação.

Uma vez implementada e concluída a Operação, portanto, os acionistas da SASA migraram para a base acionária da Rede D'Or, que segue como uma companhia aberta listada no Novo Mercado da B3 – Bolsa, Brasil, Balcão. A Rede D'Or, por sua vez, assumiu o controle das sociedades que eram controladas, direta ou indiretamente, pela SASA, como no caso desta Companhia.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 28/03/2023.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Resumo das práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

- O resultado das operações é apurado pelo regime de competência;
- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; e
- Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

3.2. Ativos financeiros circulantes e não circulantes

Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descrito a seguir:

3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nessa categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada.

Em 31/12/2022 e 2021, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

3.2.2. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelas contas a receber, que são mensurados, inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.3. Imposto de renda e contribuição social corrente

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

3.4. Benefícios a empregados

Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), seguro saúde e seguro de vida.

Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais.

3.5. Incentivo em ações

A Companhia concedia incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos eram compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquiria uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuíam carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos.

O valor justo do plano era mensurado pela Companhia com base na última cotação da ação da SASA antes da outorga. Os valores relacionados ao plano de incentivo em ações eram contabilizados na rubrica "Despesas administrativas", com um correspondente lançamento na rubrica "Outras obrigações". Periodicamente, a Companhia reembolsava à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 11.2).

Em 23/12/2022, o plano foi encerrado em função da conclusão da combinação de negócios entre a SASA e a Rede D'Or, conforme citado na nota 1.1.

3.6. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao se manifestar sobre as demonstrações financeiras, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos declarados pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras.

3.7. Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com o CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e utilize premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

A principal estimativa relacionada à demonstração financeira refere-se à apuração do valor justo dos instrumentos financeiros.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem.

Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se na nota explicativa de aplicações financeiras (nota 6).

3.8. Normas e interpretações novas e revisadas

3.8.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras:

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações:

- Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações à IAS 16) – Em vigor a partir de 01/01/2022; e
- Contratos Onerosos - Custo de Cumprir um Contrato (Alterações à IAS 37) – Em vigor a partir de 01/01/2022.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2022 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia:

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações:

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023;
- Políticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e erros (Alterações ao IAS 8) – Em vigor a partir de 01/01/2023;
- Divulgação de políticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras (Alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023; e
- Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos (Alterações ao IAS 12) – Em vigor a partir de 01/01/2023.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Gestão de riscos

O processo de gestão de riscos (*Enterprise Risk Management – ERM*) da Companhia é feito de forma corporativa e tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos avaliando seus controles e garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes.

A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma:

- **Identificação dos riscos**

Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos;

- **Quantificação dos riscos**

Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos;

- **Resposta aos riscos**

De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e

- **Monitoramento e reporte**

As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios elaborados pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoRi), de acordo com periodicidade mínima pré-definida ou sempre que julgar necessário.

As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Comitê de Riscos, que também tem como responsabilidade definir o Apetite a Riscos da Companhia. O Apetite a Riscos tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites.

O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia.

A área de controles internos sob a responsabilidade do Gestor de Riscos da SulAmérica tem a função de realizar avaliações contínuas, através de testes de eficácia, para se certificar da presença e do funcionamento dos controles.

O programa de gestão de riscos da SulAmérica está estruturado sob o conceito de linhas de atividades diretas na Gestão de Riscos, conforme melhores práticas internacionais, nomeado como Modelo das Três Linhas. Segundo o IIA (*The Institute of Internal Auditors*), o Modelo de Três Linhas ajuda as organizações a identificar estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo avaliações independentes e complementares sobre os riscos e controles gerenciados pela primeira linha. Após a atuação da primeira linha, o objetivo da segunda linha é identificar e quantificar os riscos, juntamente com seus respectivos controles, que poderão produzir desvios nos resultados dos negócios. Responsável também por estabelecer uma visão holística sobre o tema, devendo produzir alinhamento e integração entre as metodologias de gestão de riscos utilizadas em cada uma das operações da SulAmérica. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa).

O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais.

As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impactam nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos.

4.1. Riscos de mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas.

A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles:

- Metas de rentabilidade;
- Limites de risco;
- Prazos máximos para alocação dos ativos; e
- Liquidez mínima exigida.

Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos – ALM (*Asset and Liability Management*), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Financeira, e é monitorado pelo CoRi.

Permanentemente, o Comitê de Investimentos, faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos.

Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (*Value at Risk*) e realizados Testes de Estresse (*Stress Test*) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do Apetite a Risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e Teste de Estresse são revisados anualmente e definidos conforme Apetite a Riscos da Companhia.

4.2. Riscos de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-

los nos termos em que foi acordado.

A composição da carteira da Companhia é baseada em cotas de fundo de investimentos administradas por instituição de primeira linha, não pertencente ao grupo.

Vale ressaltar que a Companhia não investe diretamente em crédito privado, tendo alocado sua carteira em fundos classificados como renda fixa.

4.3. Riscos operacionais

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia.

O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Dessa forma, a gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que violem o apetite a risco.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Os riscos identificados são quantificados através de metodologia específica gerando planos de ação nos casos necessários.

4.4. Riscos legais e compliance

Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais.

4.4.1. Gestão dos riscos legais

Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações.

Adicionalmente, a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial, baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago se perdêssemos a causa (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento.

4.4.2. Gestão dos riscos de compliance

A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas.

O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores.

5. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalente de caixa totaliza R\$66 no exercício findo em 31/12/2022 (R\$55 em 2021), e é composto basicamente pela movimentação bancária da companhia.

6. Aplicações financeiras

6.1. Composição das aplicações financeiras

Em 31/12/2022 e 2021, os saldos das aplicações financeiras avaliados pela curva e a valor de mercado estão representados pelas cotas de fundos de investimentos não exclusivos de acordo com as tabelas abaixo.

Descrição	2022		
	Valor justo por meio do resultado		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Total
Cotas de fundos de investimentos	10.658	10.658	10.658
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	10.658	10.658	10.658
Subtotal	10.658	10.658	10.658
Percentual total - contábil		100,00%	100,00%
Total			10.658
Circulante			10.658

Descrição	2021		
	Valor justo por meio do resultado		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Total
Cotas de fundos de investimentos	29.100	29.100	29.100
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	29.100	29.100	29.100
Subtotal	29.100	29.100	29.100
Percentual total - contábil		100,00%	100,00%
Total			29.100
Circulante			29.100

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos de renda fixa com rendimento médio de 100,36% CDI em 2022 (100,35% CDI em 2021)

6.2. Movimentação das aplicações financeiras

	Valor justo por meio do resultado	Total
Saldo em 31/12/2020	22.189	22.189
Aplicações	57.688	57.688
Rendimentos resgate	(374)	(374)
Principal resgate	(51.468)	(51.468)
Resultado financeiro	1.065	1.065
Saldo em 31/12/2021	29.100	29.100

	Valor justo por meio do resultado	Total
Saldo em 31/12/2021	29.100	29.100
Aplicações	54.135	54.135
Rendimentos resgate	(2.965)	(2.965)
Principal resgate	(71.949)	(71.949)
Resultado financeiro	2.337	2.337
Saldo em 31/12/2022	10.658	10.658

6.3. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado

Os ativos mantidos em carteira são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

Os instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo:

(i) **Nível 1:**

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

(ii) **Nível 2:**

Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

(iii) **Nível 3:**

Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo.

Nível 2

Cotas de fundos de investimentos:

Calculadas de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

Descrição	2022	2021
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado	10.658	29.100
Total	10.658	29.100

7. Títulos e créditos a receber

Em 31/12/2022 e 2021, os títulos e créditos da Companhia estavam representados por:

Descrição	2022	2021
Taxa de administração - fundos	4.335	3.818
Taxa de performance - fundos	1.489	2.844
Carteira administrada	601	662
Outros	298	219
Total	6.723	7.543

8. Obrigações a pagar

Em 31/12/2022 e 2021, as obrigações a pagar da Companhia estavam representadas por:

Descrição	2022	2021
Administradores e funcionários	9.427	10.778
Dividendos a pagar	-	3.378
Outros	123	79
Total	9.550	14.235
Circulante	9.545	14.230
Não circulante	5	5

9. Impostos e contribuições

Em 31/12/2022 e 2021, os impostos e contribuições da Companhia estavam representados por:

	2022	2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.389	1.225
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	502	443
Contribuições PIS e COFINS	230	264
Outros	125	153
Total	2.246	2.085
Circulante	2.246	2.085

10. Outras contas a pagar

Descrição	2022	2021
Compromissos mobiliários a pagar	-	2.497
Arrendamento	952	905
Outros	231	233
Total	1.183	3.635
Circulante	592	2.981
Não Circulante	591	654

10.1. Contingências

Em 31/12/2022, o valor total em discussão dos processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas e pela Administração é de R\$324 (R\$299 em 2021). Este montante que não está provisionado é composto pela não homologação da compensação de tributos na esfera administrativa.

11. Partes relacionadas

11.1. Transações

As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2022	2021	2022	2021
Sul América S.A. (Incorporada pela Rede D'Or, conforme nota 1.2) (e)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	-	-	-	2.497
Rios Capitalização S.A. (a)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	2	4	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (d) (f) (g)	Controladora indireta	Traditio Companhia de Seguros	368	411	974	1.249
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (i)	Coligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	3.040
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (a) (c) (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	172	338	9	8
Traditio Companhia de Seguros (a) (d)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	1	5	2	2
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	104	128	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1	-	48	79
Total			648	886	1.033	6.875

Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			2022	2021	2022	2021
Sul América S.A. (Incorporada pela Rede D'Or, conforme nota 1.2) (a)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	17	29	-	-
Rios Capitalização S.A. (a)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	37	45	-	-
Saepar Serviços Participações S.A. (a)	Controladora indireta	Sul América S.A. (Incorporada pela Rede D'Or, conforme nota 1.2)	-	7	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (g)	Controladora indireta	Traditio Companhia de Seguros	4.729	5.458	-	(12)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (a) (c)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1.743	1.450	(102)	(84)
Traditio Companhia de Seguros (a)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	51	53	-	-
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1.181	1.433	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	14	-	(442)	(948)
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (g) (h)	Outros	Outros	101	76	(13)	-
Total			7.873	8.551	(557)	(1.044)

- (a) Valor referente à taxa de administração e gestão de 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente;
- (b) Valor referente ao seguro saúde dos funcionários da Companhia;
- (c) Valor referente ao plano de previdência complementar e seguro de vida grupal oferecido pela SulAmérica a todos os colaboradores;
- (d) Transações em conta corrente entre companhias do Grupo, referente basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas;
- (e) Valor referente ao reembolso das controladas com planos de incentivos em ações (stock options) de emissão da SASA oferecidos aos administradores das empresas da SulAmérica;
- (f) Valor referente ao rateio de aluguel da sede Pinheiros entre companhias da SulAmérica;
- (g) Valor referente ao seguro odontológico dos funcionários da Companhia;
- (h) Valor da taxa de gestão e administração, recebida pela SAMI e SAGA, de fundos exclusivos em que o pessoal-chave é cotista; e
- (i) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos entre acionistas, titulares ou sócios.

Em 31/12/2022 e 2021, a Companhia pagou dividendos conforme a tabela abaixo:

	Dividendos e JCP pagos	
	2022	2021
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - SAMI	31.689	13.408
Sul América Companhia de Seguro Saúde - CIA.SAÚDE	3.521	1.490
Total	35.210	14.898

11.2. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios pós-emprego	Incentivo de ações (a)	Total
Contas a pagar				
2022	1.699	9	-	1.708
2021	3.616	-	2.497	6.113
Despesas				
2022	(2.804)	(138)	(2.770)	(5.712)
2021	(7.099)	80	(631)	(7.650)

- (a) Despesa reembolsada à Sul América S.A. pelo incentivo de ações a seus executivos (vide nota 3.5).

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

Em 31/12/2022 e 2021, o capital social da Companhia é de R\$2.050, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/03/2018, dividido em 1.707.996 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas.

12.2. Reservas de lucros

O total das reservas de lucros da Companhia, em 31/12/2022, é de R\$3.173 (R\$14.742 em 2021), sendo referente aos dividendos adicionais e a constituição da reserva legal, que é calculada com base no lucro líquido apurado em cada balanço, sendo destinados 5% para a constituição da reserva legal, até que esta alcance 20% do capital social e dividendos adicionais propostos.

12.3. Política de distribuição de dividendos

O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor.

Em 29/03/2021, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos obrigatórios referentes ao exercício social findo em 31/12/2020, no valor de R\$7.620, e a distribuição de dividendos complementares, no montante de R\$22.861, totalizando o montante de R\$30.481, aos quais foi imputado o dividendo intercalar declarado em 27/08/2020 pela Diretoria, restando um saldo de R\$13.498, que foi pago aos acionistas à razão de R\$7,90 (em reais) por ação em 30/03/2021.

Em 25/10/2021, foi aprovada em reunião da Diretoria da Companhia realizada naquela data, a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$1.400 com base no lucro apurado em 30/09/2021, à razão de R\$0,82 (em reais) por ação, pagos aos acionistas a partir da referida data.

Em 27/04/2022, foi aprovada em reunião de Diretoria realizada naquela data, a antecipação do dividendo complementar, no montante de R\$14.332, e parte do dividendo obrigatório, no montante de R\$3.378, referente ao exercício social findo em 31/12/2021, totalizando o montante de R\$17.710, sendo R\$10,37 (em reais) por ação, pagos aos acionistas em 27/04/2022.

Em 29/04/2022, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos obrigatórios referentes ao exercício social findo em 31/12/2021, no valor de R\$4.778, e a distribuição de dividendos complementares, no montante de R\$14.332, totalizando o montante de R\$19.110, aos quais foi imputado o dividendo intercalar declarado em 25/10/2021 pela Diretoria.

Em 27/05/2022, foi aprovada em reunião da Diretoria da Companhia realizada naquela data, a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$7.500 com base no lucro apurado em 30/04/2022, à razão de R\$4,39 (em reais) por ação, pagos aos acionistas em 27/05/2022.

Em 24/10/2022, foi aprovada em reunião da Diretoria da Companhia realizada naquela data, a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$10.000 com base no lucro apurado em 30/09/2022, à razão de R\$5,85 (em reais) por ação, pagos aos acionistas em 25/10/2022.

12.4. Dividendos adicionais

Os dividendos adicionais são aqueles propostos acima do montante obrigatório em um exercício social, e aprovados para pagamento pela Assembleia Geral de Acionistas no ano seguinte.

12.5. Distribuição do resultado

Em 31/12/2022 e 2021, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

Descrição	2022	2021
Lucro antes dos impostos e participações	33.527	33.704
(-) Impostos e contribuições	(6.966)	(6.638)
(-) Participações	(6.298)	(7.956)
Lucro líquido do período	20.263	19.110
(-) Constituição da reserva legal (5%)	-	-
Lucro líquido ajustado	20.263	19.110
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado	5.066	4.778
(-) Dividendos intercalares pagos e imputados aos dividendos obrigatórios	5.066	1.400
Saldo dos dividendos obrigatórios	-	3.378
Dividendos intercalares pagos	12.434	-
Dividendos adicionais propostos	2.763	14.332
Saldo dos dividendos propostos	20.263	19.110

A distribuição do resultado demonstrada no quadro acima foi refletida nas demonstrações financeiras, no pressuposto da sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas.

13. Receitas operacionais

Em 31/12/2022 e 2021, as receitas operacionais da Companhia são as seguintes:

Descrição	2022	2021
Receitas Operacionais		
Administração de fundos de investimento	46.373	39.957
Carteira Administrada	7.813	8.618
Taxas de performance	2.701	8.367
Impostos incidentes sobre a receita		
ISS	(1.148)	(1.174)
PIS/Cofins	(2.034)	(2.041)
Total	53.705	53.727

14. Despesas administrativas

Em 31/12/2022 e 2021, as despesas administrativas da Companhia são as seguintes:

Descrição	2022	2021
Pessoal próprio	(18.639)	(19.791)
Incentivos em ação	(2.770)	(631)
Serviço de terceiros	(367)	(393)
Localização e funcionamento	(63)	(60)
Publicações	(2)	(55)
Outras	(551)	(446)
Total	(22.392)	(21.376)

15. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura os tributos de imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido. Os cálculos dos tributos utilizando alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para contribuição social estão demonstrados a seguir:

Descrição	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Receita bruta sujeita ao percentual de 32%	56.887	56.887	56.942	56.942
Resultado da aplicação dos percentuais sobre a receita bruta ajustado	18.204	18.204	18.221	18.221
Rendimentos e ganhos líquidos de aplicações de renda fixa e renda variável	2.337	2.337	1.069	1.069
Demais receitas e ganhos de capital	15	15	303	303
Base de cálculo da aplicação dos percentuais sobre a receita bruta ajustado	20.556	20.556	19.593	19.593
Imposto de Renda e Contribuição Social apurado	(5.116)	(1.850)	(4.875)	(1.763)